

**ACTA N.º 10**

**Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada no dia 26 de Fevereiro de 1999.**

Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro do ano de mil novecentos e noventa e nove, no Salão de Festas da Associação Cultural e Recreativa do Frade de Cima, esteve reunida a Assembleia Municipal de Alpiarça, em sessão ordinária, por convocação do sr. Presidente da Mesa, Olímpio Francisco de Oliveira, com a seguinte **Ordem de Trabalhos:**

**Ponto um – Proposta de venda global do espaço / Zona do Sacadura;**

**Ponto dois – Substituição de um membro da Comissão Toponímica;**

**Ponto três – Quadro de Pessoal - Alterações;**

**Ponto quatro – Edição da obra da História de Alpiarça (3 volumes).**

Para além do Presidente da Assembleia, compareceram os seguintes membros da mesma Assembleia: Vera Lúcia Pedro Coelho dos Santos Noronha, Orlando Manuel Isidoro Marques, Armindo João Gaspar Pinhão, Luisa Isabel Soares Pacheco, Álvaro Favas Brasileiro, Paulo Francisco de Melo e Araújo Espírito Santo, Henrique Alberto Gomes Freilão Arraiolos, Josué Silva Cavalheiro, Manuel Isidoro Feliciano, Maria Fernanda Raposo Tirano, Justino Jorge Costa Marques, Maria de Fátima Pedro Carvalho Guerra Rodrigues, Pedro Manuel Pereira Costa Branco, Maria Manuela da Conceição Ferreira Duque (em substituição de António José Coelho) e António Conceição Moreira, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia.

Após ter constituído a Mesa, por si e pelos senhores secretários – Vera Lúcia Pedro Coelho dos Santos Noronha e Orlando da Costa Marques, o sr. Presidente da Mesa, iniciou a sessão eram vinte e uma horas e trinta minutos.

A sessão foi aberta com a discussão e votação da acta número nove, respeitante à sessão ordinária de vinte e nove de Dezembro do ano transacto. Após terem sido propostas pequenas alterações de ordem ortográfica na redacção da acta, foi a mesma posta à votação, tendo sido aprovada por maioria com quinze votos a favor e uma abstenção.

Não foi levantada qualquer questão relativamente à correspondência recebida desde a realização da última assembleia, a qual consta de uma listagem distribuída a todos os membros da Assembleia.

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

O sr. Presidente da Mesa deu início a este período e informou que nos termos regimentais e dada a extensão da Ordem de Trabalhos o mesmo seria limitado a uma hora, ressalvando no entanto que o mesmo poderia ser prorrogado, se os assuntos em discussão o justificassem e se o plenário da assembleia assim o entendesse.

Solicitou inscrições dos senhores autarcas que desejassem intervir neste período.

O autarca Pedro Branco pediu a palavra para colocar as seguintes questões:

A primeira questão está relacionada com o facto de não se receber a informação da actividade do executivo dentro do tempo devido, podendo, deste modo, poupar imenso tempo e o senhor Presidente da Câmara escusava de ler a referida informação;

No que diz respeito a passagem de peões em frente ao Clube Desportivo “Os Águias”, constatou que o problema levantado na última assembleia foi resolvido de uma forma eficiente;

Relativamente ao painel publicitário que está colocada junto do Mercado Municipal, considerou que o local escolhido não é o ideal, pois tira a visibilidade de quem volta para a Rua José Relvas, à direita;

No que diz respeito ao reforço da vedação da obra que está em frente ao quartel da G.N.R., presumiu que não houve avanços em relação à última Assembleia Municipal;

Relativamente às obras que estão a ser feitas na Estrada do Campo, perguntou ao senhor Presidente da Câmara se as mesmas, são obras de conservação ou de arranque e se as diligencias que ficou de desenvolver junto da JAE, relativamente, ao se poder, pelo menos, adiar o corte de algumas árvores foram frutuosas ou não.

Vera Noronha no uso da palavra mostrou-se surpresa pelo título visto numa informação da CDU, designadamente, ao “facto inédito ocorrido na Assembleia Municipal do Casalinho” e esclareceu que, se mais alguma vez, por impossibilidade do actual Presidente da Mesa, tiver que tomar o seu lugar e tiver dúvidas em relação a qualquer votação, o procedimento adoptado será o mesmo. Ressalvou ainda que de inédito este facto não tem nada, uma vez que o mesmo ocorreu numa outra Assembleia Municipal, datada de 26 de Setembro de 1997.

O autarca Álvaro Brasileiro usou da palavra sobre as seguintes questões:

Em relação à ponte do Casal Branco, referiu que a mesma merece atenção, tendo em conta o seu estado;

Quanto à estrada do Rebolo e uma vez que se anda a ensaibrar determinadas ruas, sugeriu que, quando houvesse ocasião, se fizesse o mesmo a essa estrada. Por outro lado sugeriu ainda que se desse atenção à iluminação da mesma;

Relativamente ao Chafariz dos Avelinos, considera oportuno, tendo em conta a sua importância, que se recupere e ainda que se faça um historial acerca do mesmo;

Voltou a lembrar o perigo que advém do sinal (segundo as suas palavras, seta) existente no recinto da Feira;

Indagou sobre o ponto de situação do Posto Médico do Frade de Cima;

Quanto à estrada para o Patacão, alertou para duas situações, designadamente, os acessos às propriedades, em que tendo em conta o actual estado da estrada o acesso às propriedades vai degradando a mesma e ainda quanto à drenagem das águas das chuvas, dada a altura a que ficou a estrada;

Relativamente ao troço Frade de Cima / Casalinho e particularmente ao cotovelo junto à propriedade do Sr. Manuel Coutinho, questionou qual a razão para que esse cotovelo fique assim.

Armindo Pinhão pediu os seguintes esclarecimentos:

Quanto à estrada da Torrinha, referiu que não sabe se houve contacto, especialmente, com os dois proprietários logo à entrada, com o intuito de fazer a rectificação de alinhamento, visto ter a sensação de ao longo do tempo aqueles dois proprietários terem vindo a ocupar terreno público, sendo agora uma boa altura para solicitar aos proprietários em questão, que apresentem os títulos das propriedades, para se efectuar a devida rectificação. Acha também que poderia ter havido determinadas correcções, mencionando uma zona da estrada, que é uma recta, em que praticamente está um poste ao meio;

Sobre o Estudo Urbanístico de Conversão da Área Central de Alpiarça, perguntou quando é que o mesmo vai ser colocado em discussão na Assembleia e à discussão pública;

Em relação ao Plano Director Municipal, pediu alguns esclarecimentos;

No que diz respeito ao Projecto para a Barragem dos Patudos e tendo em conta o prazo de entrega, perguntou qual era o ponto da situação;

Quanto a uma parte das suas questões relacionadas com o Plano de Actividades e Orçamento, que colocou na última Assembleia Municipal, referiu que não foram respondidas pelo senhor Presidente da Câmara, designadamente, se o empréstimo contraído o ano passado já teria dado entrada nos cofres da Câmara, até porque a verba aparece outra vez este ano, tendo sido contratualizada o ano passado; quanto aos encargos de instalações, no valor de 30.000 contos, pensa que a Câmara não tem rendas nesse valor; também não está esclarecido sobre uma verba no valor de 6.000 contos inscrita em abonos diversos, nem de uma verba de 12.000 contos relativa a pessoal em qualquer outra situação.

O autarca Henrique Arraiolos pediu a palavra para efectuar as seguintes considerações:

Sobre o inquérito que foi pedido à Agroalpiarça, referiu que o processo já foi enviado aos elementos da CDU. Referiu ainda que quando este processo foi solicitado na última Assembleia Municipal, datada de 29 de Dezembro de 1998, a resposta foi que o mesmo ainda não estava pronto, no entanto, o processo que lhes foi enviado tem a data de despacho do senhor Presidente da Câmara reportada a 16 de Novembro de 1998. Solicitou também que lhe fosse fornecido os documentos em falta (ofício da Câmara à consultora jurídica);

Relativamente à proposta que foi posta à votação na última Assembleia Municipal sobre a alteração de Taxas e Licenças da Concessão de Pesca na Barragem dos Patudos e Rio Alpiarçoilo, lembrou que levantou várias dúvidas acerca desse processo,

designadamente, sobre a legalidade ou não dos valores que foram apresentados. Considerou também a abstenção da bancada da CDU positiva, uma vez que, confirmou junto da Direcção Geral das Florestas e da Direcção dos Serviços de Pesca que os valores máximos, de acordo com a portaria 706/88 de 21 de Outubro, que as licenças especiais diárias podem alcançar, uma vez que nem sequer são permitidas licenças anuais, é de 400 escudos para pescadores do concelho de Alpiarça e 1000 escudos para pescadores fora do concelho de Alpiarça. Deste modo, sugeriu que, numa próxima oportunidade, seja revista esta situação, uma vez que existe uma deliberação que, tanto quanto parece, não estará correcta. Referiu ainda que as Taxas são fixas para concursos;

Informou que saiu no dia 8 de Janeiro de 1999, no Diário da Republica número 7/99, um programa de solidariedade de apoio a recuperação de habitação (SOLAR), que se destina a comparticipação de obras, beneficiação e melhoramento de fogos particulares, destinando-se essencialmente, a pessoas com fracos recursos económicos. Informou ainda sobre as condições de acesso a este programa e sugeriu que se desse especial atenção a este processo, visto poder beneficiar bastante gente.

Luisa Pacheco começou por se congratular por esta medida tomada pelo governo e apontada pelo autarca Henrique Arraiolos, que vem no seguimento de outras medidas que têm favorecido bastante os nossos concidadãos que se encontram em situações de dificuldades económicas e algumas delas dramáticas.

No que diz respeito à assistência médica e enfermagem em termos de saúde no Frade de Cima e Frade de Baixo, referiu que, tanto quanto lhe parece, a situação continua a não estar devidamente acautelada, porque o que está previsto e existe um comunicado no Centro de Saúde, que foi distribuído à população, era que estavam assegurados os cuidados domiciliários, no entanto o que está a acontecer é que a situação tem sido, de certa forma, melhorada porque o médico que foi destacado para dar a referida assistência tem tido um desempenho excelente, visto que quando aparece alguém doente nas extensões dos Frades, mesmo sem processo clínico, ele atende as pessoas. Referiu que o médico se chama Fernando Lopes e ainda que esta situação, em que as pessoas podem contar com alguma assistência médica, depende do humanismo dessa pessoa, que se comporta como um ser humano, não como um simples funcionário e que, neste caso, honra o nome de médico. Voltou a pedir que se resolva o problema uma vez que a situação continua sem estar resolvida.

Paulo Espirito Santo, no uso da palavra, começou por fazer o relato sobre a visita ao concelho no passado dia 13 de Fevereiro. Nessa sua intervenção congratulou-se pelos melhoramentos em curso e efectuou uma comparação entre a realidade constatada nesta visita ao concelho e uma outra visita efectuada há um ano atrás, logo no início do mandato, opinando que valeu a pena o sonho de colocar Alpiarça na senda do progresso, na melhoria da qualidade de vida dos alpiarcenses.

Recordou uma outra visita efectuada há cerca de dois anos, aquando do arranque da pré-campanha eleitoral para as autárquicas, em que foi divulgado pelo Executivo anterior um documento que apontava para uma realidade, a que na altura o autarca apelidou de virtual, e ainda não se conheciam os esgotos virtuais do Frade de Cima, porque em sua opinião não era uma realidade palpável e que se referia à “Praia Fluvial do Patacão”, à Aldeia dos Pescadores, à Estrada do Patacão, às Piscinas Municipais, à ETAR etc. Nesta última visita passamos suavemente por estradas concretas sem buracos e sem poeira, vimos as Piscinas a andarem em bom ritmo, a electrificação do campo, a ligação entre os vários lugares e a sede do município, a estrada do Patacão, um lugar completamente remodelado (Gouxaria) no que diz respeito ao saneamento básico e às infra-estruturas viárias. Para terminar felicitou o actual executivo pela nova orientação que deu ao trânsito em Alpiarça e referiu que na altura em que foi eleito para a Assembleia Municipal teve o cuidado de ler as actas dos anteriores mandatos, para se informar quais os assuntos que estavam em agenda, em análise, ficando a saber que um dos assuntos pendentes era o trânsito e o estacionamento nas ruas Dr. Queirós Vaz Guedes e Silvestre Bernardo Lima, lembrou que já lá vão mais de 8 anos desde que a questão dos sentidos únicos foi levantada pelo sr. Manuel da Conceição Raposo. Deste modo congratulou-se e elogiou este executivo que também nesta matéria primou por concretizar aquilo que noutros era simplesmente virtual.

Josué Cavalheiro começou por dizer que concordava com as alterações efectuadas no trânsito. Chamou também a atenção para um pormenor na Rua Dr. Queiroz Vaz Guedes, isto é, na proibição no sentido ascendente desde o cruzamento com a rua Luís de Camões até ao Largo Dr. Alfredo Duarte Lagoa, o sentido ascendente é possível entre a Rua José Relvas e a Rua Luís de Camões e a menos que seja intenção da autarquia em pôr o sinal de impedimento do transito de pesados nessa rua, corre-se o risco de entrar um camião na mesma e não poder sair.

Em relação às palavras do autarca Henrique Arraiolos sobre as Taxas e Licenças da Barragem, referiu que na reunião passada da Assembleia Municipal falou-se deste assunto e o Vereador José João Pais esclareceu que solicitou à Chefe de Repartição Administrativa e Financeira que averiguasse esse assunto e segundo o que consta na própria acta, esse assunto foi solicitado e as entidades competentes não levantaram obstáculos. Assim, e tendo em conta que este assunto já vem de há muitos anos, referiu que, por vezes, não se pode cumprir a lei assim à risca, visto que a Câmara também não pode estar a fazer gastos muitas vezes elevados na Zona da Barragem para criar condições aos pescadores e depois estar a cobrar uma licença muito baixa.

Solicitou também o ponto de situação da Zona Industrial de Alpiarça.

O autarca Álvaro Brasileiro começou por felicitar o Executivo pelas obras efectuadas até ao momento, salientando, no entanto, que algumas delas estavam com

projectos pendentes do último executivo. Chamou também a atenção para que, na próxima vez que houver visitas por parte dos membros desta Assembleia ao município, não haja atitudes provocadoras por parte de alguns autarcas.

Paulo Espírito Santo, em relação à intervenção do autarca Álvaro Brasileiro, voltou a salientar que as obras que foram realizadas são do mérito do actual Executivo e como consequência têm todo o direito de louvar e estar orgulhosos daquilo que efectuaram.

O senhor Presidente da Câmara começou por esclarecer que, no que diz respeito à informação que o autarca Pedro Branco considera que devia ter recebido, atempadamente, por vezes não há tempo para que isso seja feito. De seguida, fez uma resumo da actividade genérica da autarquia, desde a realização da última sessão da Assembleia Municipal:

Colocação de Mobiliário Urbano na Rua José Relvas

Arranjos exteriores do Edifício dos Bombeiros e Sociedade Filarmónica

Arranjos no espaço envolvente ao Edifício dos Bombeiros e Sociedade Filarmónica

Implantação de estacionamento junto à nova sede da Associação de Ciclismo e Farmácia Gameiro

Início de novos arruamentos no Cemitério Municipal

Arranjo com saibro de vias municipais com destaque para: ligação Charnecão – Casal Cambique, Rua José do Vale no Frade de Baixo e Estrada das Águas Vivas

Início das obras para implantação de Bancadas no Estádio Municipal

Colocação de iluminação pública na Travessa de Vila Pouca

Remodelação das casas de banho na Zona da Feira

Colocação de sinalização vária

Controle semafórico de velocidade na Rua José Relvas

Início da reflorestação no Parque Ecológico

Limpeza de arruamentos em toda a zona do Parque Ecológico

Continuação da beneficiação das margens da Vala de Alpiarça

Continuação da reparação da “Maracha do Tejo”

Arranjos vários na Escola Primária de Alpiarça e limpeza de pátio na Escola de Frade de Cima

Intervenção na Central de Esgotos na Rua João de Sousa Falcão com limpeza e arranjo da parte eléctrica

Início da limpeza, organização e inventariação de objectos existentes no Museu Etnográfico

Apresentado o Relatório de Actividades de 1998 da Casa-Museu dos Patudos

Preparação da actividades da Semana da Juventude

Preparação dos seguintes eventos :

50.º Aniversário dos Bombeiros Municipais de Alpiarça  
Comemoração do Dia Internacional da Mulher  
Dia Mundial da Água e da Árvore  
Aniversário do Concelho  
Comemorações do 25 de Abril  
Comemorações do 1.º de Maio  
Grande Prémio dos Patudos em Atletismo  
Concurso de Vinhos Engarrafados do Ribatejo  
Feira do Vinho  
Dia Mundial da Criança

### **Obras em Curso**

Passeios do Casalinho  
Asfaltamento da Ligação Frade de Cima – Casalinho – Parque de Campismo. Esta intervenção inclui esgotos e arruamentos na povoação do Casalinho  
Piscinas Municipais de Alpiarça  
Valorização Ambiental do Complexo dos Patudos  
Asfaltamento da ligação Frade de Baixo – Frade de Cima  
Arruamentos e Etar da Gouxaria  
Etar Intermunicipal Alpiarça – Almeirim  
Asfaltamento da Zona Industrial  
Asfaltamento da Estrada da Torrinha  
Construção do Canil Municipal

### **Actividades Várias**

Sessão de formação sobre tratamento de água para abastecimento público, ministrada pela Eng. Vera Noronha aos funcionários do sector. Esta sessão teve lugar no dia 18.02.99  
Contratualização com Junta de Freguesia para implantação do Canil Municipal  
Contratualizado com Associação de Futebol de Santarém, um colóquio sobre violência no Desporto, a ter lugar na Escola C+S  
Reuniões com todas as colectividades do Concelho para preparação dos Festejos de Carnaval, programas de 2 de Abril, 25 de Abril, 1º de Maio e Grande Prémio dos Patudos  
Festejos de Carnaval nos dias 13, 14 e 16 de Fevereiro

### **Visitas ao Concelho**

Técnicos da Federação Portuguesa de Ciclismo para preparar intervenção na pista de ciclismo

Secretário de Estado do Desporto – Inauguração do Ginásio Auxiliar dos Águias

Presidente da Federação Portuguesa de Ciclismo – Inauguração da nova sede da Associação de Ciclismo de Santarém

Delegado Distrital do IND – Inauguração do Ginásio Auxiliar dos Águias

Adjunto do Governador Civil de Santarém – Inauguração do Ginásio Auxiliar dos Águias

Vice-Presidente da CCRLVT – para concretização das alterações ao PDM”

De seguida prestou os esclarecimentos solicitados pelos eleitos intervenientes:

Sobre as questões colocadas pelo autarca Pedro Branco, esclareceu o seguinte:

Relativamente ao painel publicitário junto ao Mercado Municipal, informou que já tinha detectado essa situação e diligenciado no sentido de haver uma correcção dessa situação;

Quanto ao reforço da vedação das obras junto ao Quartel da GNR, informou que o proprietário foi abordado pela Câmara, no entanto pensa que esse reforço já não vai ser necessário, porque os últimos cálculos já foram entregues e perspectiva-se que a obra comece no início da próxima semana;

Sobre as obras na Estrada do Campo, esclareceu que o que está a decorrer são obras de conservação, isto é, o projecto que foi anunciado ainda não está concluído por parte da JAE;

No que diz respeito às árvores na Estrada do Campo, informou, que lhe foi transmitido, que só serão cortadas as árvores absolutamente dispensáveis ou que se encontrem partidas;

Quanto às questões colocadas pelo autarca Álvaro Brasileiro, esclareceu o seguinte:

No que refere à Ponte do Casal Branco, disse que concordava com a sua opinião;

Sobre a Estrada do Chouriço / Rebolo concorda com o ensaibramento da mesma e no que diz respeito aos postes da EDP, considera que a colocação de iluminação pública na referida estrada, principalmente, nos locais mais estratégicos é absolutamente conveniente;

Quanto ao Chafariz dos Avelinos, referiu que foi solicitado ao GAT de Santarém uma série de projectos, onde se incluía a reparação de todos os chafarizes de Alpiarça, propriamente, das três entradas de Alpiarça, bem como do antigo Lavadouro Municipal. Aconteceu que a arquitecta paisagista que trabalhou para o GAT e que estava a trabalhar nesses projectos, esteve inserida num programa de estágio profissional, o mesmo acabou e portanto ela saiu, ficando à consideração das Câmaras envolvidas a hipótese de a contratar, a expensas próprias. Esta autarquia demonstrou a sua vontade em que isso acontecesse. De qualquer modo, perante a inexistência, hoje, de uma arquitecta paisagista e porque estes projectos,



desejavelmente, devem estar concluídos em Março deste ano, para serem presentes ao PROSIURB (programa de apoio), é intenção desta autarquia estabelecer um contacto, através de uma proposta de avença, com a arquitecta, de modo a que se possa, ainda no próximo mês, ter concluídos os projectos dos chafarizes e do lavadouro, a que se deu prioridade, ficando como segunda prioridade as entradas de Alpiarça, já que o outro projecto que é o Parque de Estacionamento no Cemitério também vai ser colocado no PROSIURB;

Quanto à placa indicativa (seta), disse que ia ter em atenção esse problema.

Sobre a questão da Extensão de Saúde do Frade de Cima, deu a conhecer que o funcionamento das extensões e concretamente do Centro de Saúde é uma responsabilidade da Administração Central, designadamente, da Administração Regional de Saúde ou dos Serviços Sub-Regionais de Saúde de Santarém. Informou ainda que o último contacto formal foi efectuado com o Coordenador Dr. António Branco, em que esteve presente a Sr.<sup>a</sup> Directora do Centro de Saúde de Alpiarça, o próprio e representantes das populações do Frade de Cima e do Frade de Baixo e chegou-se a uma situação que foi presente na última Assembleia Municipal, em termos de período de reinscrições, começando a haver visitas às extensões uma vez por semana, num horário que considera muito limitativo. Informou também que estas negociações não são fáceis e dizem respeito a orientações centrais no domínio do funcionamento das extensões, no entanto tem tido como principal preocupação, para já, que essa assistência, que considera diminuta, se mantenha, considerando que a política de Saúde peca por muitos defeitos;

Quanto à Estrada do Patacão, esclareceu que a mesma, teve que ser levantada, porque o projecto que havia não garantia a sua manutenção. No entanto o problema de acesso às propriedades e drenagem terá que ser resolvido;

Relativamente ao cotovelo da propriedade do senhor Coutinho, deu os devidos esclarecimentos;

Quanto às questões colocadas pelo autarca Armindo Pinhão, disse o seguinte:

Sobre a questão relacionada com a Estrada da Torrinha, referiu que ia ter em atenção essa situação;

Quanto ao Projecto do Centro Cívico, disse que estava aberto a todas as sugestões e ou alterações que acharem convenientes, lembrando que o projecto que foi aprovado, como encomenda de projecto, foi para uma determinada área e não para uma outra;

Relativamente ao PDM, informou que houve um pedido de esclarecimento para sabermos se aquilo que pretendíamos fazer era uma alteração ou uma revisão, verificando-se que se tratava de uma alteração de âmbito limitado ao PDM e também que já houve um pronunciamento sobre as áreas que aceitaram e que não aceitaram.

Depois de formalizar as onze alterações aceites, das catorze pedidas, o PDM vai ser colocado em discussão pública durante um mês para depois ir para publicação no DR;

Sobre o projecto para a Barragem dos Patudos, informou que o estudo preliminar foi presente na Câmara para discussão. Houve que equacionar a questão de se tentar colocar todo o novo equipamento na margem norte, nomeadamente, o Centro de Estágio, o novo Estádio de Futebol, os Campos de Ténis; a Unidade Hoteleira e as outras unidades complementares, para além naturalmente das Piscinas municipais, tendo em vista os custos da minimização das infra-estruturas. Já nos pronunciámos sobre as localizações destes equipamentos, pelo que já estão a decorrer as alterações ao projecto.

Quanto às considerações sobre o empréstimo, esclareceu que o mesmo ainda não foi aplicado, ou seja, ainda não houve libertação de qualquer parcela do empréstimo. Quanto às outras questões colocadas sobre o Orçamento disse que as podia esclarecer ou informar noutra altura, visto não as ter presentes de momento.

Sobre as questões do autarca Henrique Arraiolos, disse o seguinte:

No que diz respeito ao inquérito sobre a AgroAlpiarça, informou que houve uma alteração ao despacho para efectuar um pedido de parecer sobre o assunto, parecer esse que coincide com um outro emitido pela Associação Nacional de Municípios, nos quais se conclui que as Câmaras, face à legislação, estão impedidas de prestar qualquer tipo de aval. Acrescentou que este assunto da AgroAlpiarça, bem como outros, farão naturalmente parte do Relatório a emitir pela Inspeção Geral de Finanças, que esteve na Câmara durante dois meses e meio;

Quanto à questão de Taxas e Licenças de Pesca da Barragem dos Patudos e Rio Alpiarçoilo, pediu ao Vereador José João Pais para esclarecer o assunto;

Relativamente ao programa SOLAR, referiu que estava com atenção a este programa, salientando que, neste momento, já existem casas a serem reparadas no concelho de Alpiarça, cujos materiais já estão entregues, que já estão algumas empresas contratadas para fazer as obras e já existem nove casas de famílias que vivem em condições de debilidade que avançaram para a melhoria, para a dignificação que é desejável. Referiu ainda que o SOLAR vem dar novas aberturas, visto que, já não se está apenas no universo do Rendimento Mínimo Garantido. Para além deste projecto, temos outro bastante avançado que se enquadra no Programa de Luta Contra a Pobreza.

Relativamente à questão levantada pela autarca Luisa Pacheco, relativamente às extensões, já respondeu à questão.

Sobre as questões do autarca Josué Cavalheiro, disse o seguinte:

Quanto à sugestão relativamente à Rua Dr. Queiroz Vaz Guedes, referiu que o Vereador José João Pais pode esclarecer esse assunto;

No que diz respeito à Zona Industrial de Alpiarça, informou que as construções que estão a surgir dizem respeito a empresas que se instalaram agora na Zona Industrial, no decorrer destes últimos meses;

Relativamente à intervenção do autarca Álvaro Brasileiro, sobre as atitudes provocatórias durante a visita ao concelho, pensa que, da sua parte, isso não aconteceu. No que se refere à história dos projectos, esclareceu que, o grosso dos mesmos, no que refere à adesão a Comunidade Económica Europeia, são constituídos através de apresentações aos Quadros Comunitários de Apoio. Referiu ainda que, neste momento, estamos perante o segundo Quadro Comunitário de Apoio que se extingue no final deste ano, sendo evidente que nenhum Executivo irá produzir grandes alterações sem ter suporte financeiro. Portanto a questão dos projectos são referentes aos que foram presentes ao segundo Quadro Comunitário de Apoio, com alterações que foram introduzidas quando se conseguiu poupar algum dinheiro em virtude da prática dos concursos e conseguindo-se autorização para a reformulação física do projecto (ex. ligação Frade de Baixo / Frade de Cima).

Por fim referiu que o Quadro Comunitário de Apoio extingue-se no dia 31 de Dezembro de 1999 e quando este executivo tomou posse, em 5 de Janeiro de 1998, tinha um grau de execução no Sub-Programa A de 28%, havendo a responsabilidade de em dois anos, num período de seis, executar 72%. Informou também que actualmente o grau de execução da Câmara Municipal de Alpiarça, quanto ao Sub – Programa A, é de 61%, e quanto ao Sub-Programa B o grau de execução era zero, na medida em que a única candidatura executada nesse âmbito foi uma contratualização que envolveu a JAE e a CCRLVT, para a comparticipação na estrada de ligação Alpiarça / Casalinho.

O Vereador José João Pais, no que se refere à questão das Taxas e Licenças de Pesca, prestou os esclarecimentos devidos, dizendo que as taxas estão a ser reformuladas porque efectivamente não há licenças anuais.

Sobre as alterações propostas ao trânsito, ou seja a adopção de troços com sentidos únicos em certas ruas da vila têm como principal objectivo permitir uma melhor fluidez e simultaneamente o estacionamento numa das faixas de rodagem.

A eleita Vera Noronha, em nome da bancada do Partido Socialista, leu as Moções apresentadas à Mesa, nomeadamente:

1.ª -“Considerando que o Estádio Municipal de Alpiarça vai ser beneficiado com bancadas a inaugurar no dia 2 de Abril de 1999;

*Considerando a importância do Estádio Municipal para a prática de actividades desportivas;*

*Considerando que foi o Dr. Raul José das Neves que mandou construir o Estádio Municipal de Alpiarça e tanto se empenhou na projecção do desporto em Alpiarça;*

*A bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal, em reunião de 99/02/26, propõe que seja dado ao Estádio Municipal de Alpiarça, o nome de **Estádio Municipal Dr. Raul José das Neves.***

Votada a moção, foi aprovada por maioria, com nove votos a favor e sete abstenções.

2.<sup>a</sup> - *“Como membro desta Assembleia Municipal representando o Partido Socialista, regozijo-me com o facto de nos festejos carnavalescos, ter havido uma grande participação da população e das colectividades que com o apoio da Câmara Municipal, da Junta de Freguesia e do Conselho Municipal da Juventude, fizeram uma grande festa onde os jovens e menos jovens puderam passar uma tarde divertida, revivendo o Carnaval que já fez história no passado de Alpiarça.”*

Votada a moção, foi aprovada por maioria, com nove votos a favor e sete abstenções.

3.<sup>a</sup> - *“Como é do conhecimento dos Alpiarcenses, a colocação de esgotos no Frade de Cima revestiu-se de contornos pouco recomendáveis. Sabe-se que a Câmara Municipal de Alpiarça, recebeu quase 41.000 contos para iniciar os trabalhos da ETAR intermunicipal e dos esgotos do Frade de Cima.*

*Em 1994, por ser necessário justificar despesas e não haver obra feita no montante respectivo – um diferencial de cerca de 22.000 contos - , o então **Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, eng.º Raul Figueiredo, assinou no dia 25 de Setembro, uma declaração onde afirmava que as obras estavam concluídas. A declaração é uma mentira vergonhosa, que tem como testemunha a população do Frade de Cima.***

*A verdade veio a descobrir-se no final de 1998.*

*O actual Executivo terá que suportar as despesas da colocação dos esgotos no Frade de Cima, na totalidade, não podendo recorrer a quaisquer subsídios.*

*Também em 1998, a RESIURB – Associação de Municípios para o Tratamento de Resíduos Sólidos, por deliberação do Conselho de Administração, nomeou directamente o seu Administrador Delegado. E todos sabemos de quem se trata – é o **eng.º Raul Figueiredo.***

*A lógica que impera para a nomeação do administrador – delegado é a da confiança pessoal, sendo a criação deste lugar dependente da vontade do Conselho de Administração.*

*Pelas razões anteriormente referidas, e tendo em conta o passado recente de incompetência e falta de rigor e de verdade demonstradas pelo actual administrador – delegado da RESIURB.*

*Porque o concelho de Alpiarça também faz parte desta Associação de Municípios e pode ser lesado pela actuação deste administrador.*

*Porque é vergonhoso que, sendo um lugar de responsabilidade, o critério tenha sido o sempre tão reprovado “job for the boys”, pelos que agora o criaram.*

*Os eleitos pelo Partido Socialista da Assembleia Municipal de Alpiarça, na reunião do dia 26 de Fevereiro de 1999, reprovam veementemente esta nomeação e exigem que desta situação de profunda reprovação seja dado conhecimento a todos os senhores Presidentes de Câmara que constituem a RESIURB, e em especial os que votaram favoravelmente para que o lugar de administrador delegado fosse ocupado pelo eng.º Raul Figueiredo, sem terem equacionado outras soluções e apenas porque era necessário dar o “job ao boy”.*

O eleito Armindo Pinhão disse reprovou a moção apresentada, lamentando a sua autoria, pelo facto de estar a decorrer um inquérito e inclusivamente as pessoas envolvidas terem sido ouvidas pela Inspeção de Finanças.

Álvaro Brasileiro pediu a palavra para reprovou também a moção apresentada, opinando que é revoltante o seu conteúdo que não passa da tentativa de achincalhar um homem sério e honesto. Opinou que esta atitude não é digna de qualquer pessoa que se diga democrática.

Henrique Arraiolos reprovou também esta moção e solicitou o processo sobre a rede de esgotos do Frade de Cima, que já foi pedido anteriormente, de modo a apurar os factos. Não pode de maneira nenhuma aprovar uma situação destas sem ter conhecimento do processo.

O eleito Paulo Espírito Santo pediu a palavra para defender a moção apresentada e referiu que se alguém deve estar indignado deve ser a população do Frade de Cima, porque os esgotos não estão cá. Referiu ainda que a RESIURB, tendo em conta o seu estatuto, e no que diz respeito à contratação de pessoas, devia ter aberto concurso público.

Orlando Marques reprovou a moção apresentada, efectuou alguns comentários acerca da expressão “jobs for the boys”, deixando esta frase sob interrogação.

O sr. Presidente da Câmara usou da palavra para ler o documento da CCRLVT, que esteve presente em reunião de Câmara realizada no dia 17 de Fevereiro. Adiantou que nessa reunião de Câmara, foi aprovado por maioria com a abstenção dos vereadores da CDU, assumir a realização da obra não realizada relativa à rede de esgotos do Frade de Cima a expensas da Câmara, com a indicação desse documento ser presente à Assembleia Municipal. Da leitura desse documento conclui-se que a parte da obra dos esgotos do Frade de Cima não realizada e que corresponde às ruas: 1.º de Maio, dos Sobreiros, 25 de Abril e General Humberto Delgado, deve ser realizada quanto antes pela Câmara Municipal de Alpiarça, a expensas próprias, sob pena de ter de repor ou descontar no projecto aprovado no âmbito do PORLVT, a parte da verba FEDER, correspondente à obra não realizada.

A autarca Vera Noronha começou por dizer que, relativamente à intervenção do eleito Orlando Marques, quem começou a usar a expressão “*jobs for the boys*” foi a CDU, aquando da contratação do Director e Director-Adjunto do Museu dos Patudos.

Luisa Pacheco disse que o eng.º Raul Figueiredo enquanto Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, não só, não executou uma obra para a qual tinha financiamento e prejudicou a população do Frade de Cima, como escreveu e assinou que a tinha executado. Esta situação tem, para ela, duas leituras diferentes e que justificam que a pessoa em questão não tem condições, nem idoneidade para ocupar o lugar para o qual foi escolhido, designadamente, ter prejudicado munícipes do concelho de Alpiarça, com especial atenção aos munícipes do Frade de Cima, ou seja, como a obra vai ser realizada às expensas da Câmara Municipal de Alpiarça, ficam prejudicados todos os seus munícipes, porque o dinheiro vai ser utilizado na instalação dos esgotos e não vai para outras obras que são necessárias fazer. A outra leitura diz respeito a uma pessoa que não tem idoneidade no exercício das suas funções, que assinou uma coisa que sabia que era mentira e colocou o seu nome por baixo. Como tal, essa pessoa, não tem idoneidade para estar a representar como Administrador Delegado uma obra, que é um aterro Intermunicipal, que envolve o concelho de Alpiarça e, como tal, diz respeito a esta Assembleia Municipal. Em conclusão referiu que a pessoa em questão prejudicou todos os munícipes de Alpiarça, em particular os do Frade de Cima, e ainda por cima escreveu e assinou uma falsidade, o que demonstra falta de carácter, falta de honra, falta de idoneidade.

O eleito Pedro Branco apelou para alguma moderação nas considerações e palavras empregues. Pediu também para que se deixe concluir o processo de inquérito, para se poder dizer que foi escrito uma falsidade, deixe-se a comissão trabalhar até ao fim e seja então presente à Assembleia e então com todo o direito pode-se dizer que se cometeu uma falsidade, até lá por respeito da independência dos órgãos e a comissão tem legalidade para o fazer e apurar os factos, acha que é precipitado e, pode não corresponder aos factos, dizer que se fez uma falsidade.

O autarca Armindo Pinhão chamou à atenção do senhor Presidente da Mesa, porque a reunião já ia em duas horas e o mesmo não esteve presente na última reunião desta assembleia, para o facto deste assunto já ter sido discutido e ter sido aprovado a abertura do inquérito. Mostrou também o seu desacordo à moção que foi apresentada, considerando que a mesma é um ataque directo a uma pessoa. Opinou que se trata quase de um julgamento público, com a presença de tribunais em direito, para armar já a sentença. Considerou ainda que este assunto já foi debatido e que se devia seguir com a ordem de trabalhos, pois o período de antes da ordem do dia foi largamente ultrapassado.

Vera Noronha pediu a palavra para relembrar a existência de um documento da CCRLVT que refere que os esgotos não foram realizados.

Votada a moção, foi aprovada por maioria, com nove votos a favor e sete votos contra.

Luisa Pacheco, em nome da bancada do Partido Socialista, apresentou a seguinte moção, com a indicação de ser enviada à família enlutada e publicitada na comunicação social:

*“Os eleitos pela bancada do Partido Socialista, dado o carácter democrático de lutador pela liberdade, do cidadão Octávio Pato, declaram aqui a sua sincera mágoa pelo seu falecimento.”*

Álvaro Brasileiro efectuou algumas considerações sobre a grande figura portuguesa da resistência antifascista, que foi Octávio Pato, concordando plenamente que seja enviada à família as condolências desta Assembleia Municipal.

Posta à votação, a moção foi aprovada por unanimidade.

Período da ordem do dia

Ponto um - Proposta de venda global do espaço / Zona do Sacadura.

O eleito Armindo Pinhão pediu a palavra para colocar as seguintes questões:

Em relação à venda de património Municipal e nestas condições, disse que era preciso ter o máximo cuidado. Deste modo, pensa que a avaliação apresentada não é cuidadosa, porque foram apresentadas duas situações que não estão totalmente esclarecidas no parecer apresentado, designadamente, no que diz respeito ao imóvel destinado a estabelecimento comercial, em que não há definição do número de pisos, mas tem uma área surpreendente, o que também não está esclarecido, porque, isto depois, não corresponde com os desenhos do projecto de urbanizações, porque onde, em princípio, vai surgir o tal imóvel está projectado uma esplanada.

Em relação ao possível comprador e sendo esta situação aprovada ou não, disse que a mesma terá que ir a hasta pública. Acha também que o senhor Eng.º deveria ter proposto a hasta pública, tendo em conta que o valor e património deste tipo, não pode ser alienado com base num mero parecer técnico e que, em sua opinião, falta qualquer coisa, porque estes terrenos não podem ser avaliados apenas em termos de metros quadrados, por causa do tal imóvel.

Por fim, disse que estava em perfeito desacordo com a venda global do património da Câmara, até porque existe o interesse de alguns habitantes de Alpiarça na aquisição individualizada destes lotes. Disse ainda que a Câmara não deve vender estes terrenos na globalidade, deve possuir bolsas para poder tentar regularizar os preços de mercado dos terrenos de maior construção.

Henrique Arraiolos defendeu que a venda só pode ser efectuada em hasta pública. Perguntou se havia algum potencial interessado, quem era, se era de Alpiarça, se os construtores de Alpiarça foram ouvidos neste processo, questionou se o preço de dez contos o metro quadrado não iria inflacionar o preço dos terrenos no município e elevar

o preço da construção, opinando que os preços praticados naquela Zona sempre funcionaram como bitola, para o valor de venda de outros terrenos na vila.

Josué Cavalheiro opinou que há certamente uma falha gráfica na área definida para o estabelecimento comercial, opinou que se depreende da leitura da proposta que o imóvel irá ser vendido em hasta pública, o que não invalida que haja já interessados. Considerou que o preço base de dez contos o metro quadrado é um bom preço, atendendo a que ainda há bem pouco tempo se venderam terrenos naquela zona a cinco contos o metro quadrado.

Paulo Espírito Santo defendeu a proposta da Câmara, opinando que a venda do imóvel na globalidade é mais favorável à Câmara, pois o comprador terá de fazer após a concretização da compra, um projecto de loteamento, terá de fazer obras de infra-estruturas o que beneficiará e qualificará toda aquela zona. Discordou em absoluto da ideia das bolsas de terreno para intervir no controle dos preços, deverá ser a própria lei da oferta e da procura que deverá regular o mercado de terrenos em Alpiarça, porque Alpiarça tem que crescer, mas crescer também com qualidade.

Armindo Pinhão considerou que o parecer aponta efectivamente para a venda do terreno a um único interessado, contém algumas imprecisões em termos de áreas e definições de ocupação e destino dos edifícios a construir, defendeu que o parecer deve ser rectificado e submetido novamente à aprovação desta Assembleia para que não se estejam a aprovar coisas que possam vir a prejudicar a Câmara no tal loteamento futuro.

Vera Noronha questionou o Sr. Presidente da Câmara, no sentido de ser informada do motivo e vantagens, que levam a Câmara a optar pela venda do imóvel na globalidade e não lote a lote.

Orlando Marques questionou o sr. Presidente da Câmara sobre o preço base, se não o considerava um pouco alto para a condição económica e social da maioria da população de Alpiarça.

O sr. Presidente da Câmara opinou que a maioria das questões levantadas só podem ter acontecido porque não leram com atenção a documentação fornecida. Explicou que existe uma informação dos serviços técnicos de obras sobre a avaliação do terreno, avaliação essa que foi submetida a uma reunião de Câmara sob proposta do Presidente da mesma, tendo sido aprovada com três votos a favor e dois contra, nomeadamente dos vereadores da oposição.

Nós não temos negociatas preparadas e de facto a área de que fala este parecer do serviço técnico de obras não está correcta porque o terreno não tem 1,5 ha, porque o então Presidente da Câmara, Dr. Armindo Pinhão, prometeu ceder exactamente neste espaço, um terreno a troco de um espaço que se obteve na Zona da Feira. Fala-se mesmo num terreno na zona das palmeiras. O documento de promessa existe e



está na Câmara e inclusivamente a pessoa a quem foi cedido o terreno já nos procurou. Não houve hasta pública nenhuma e o terreno foi cedido.

O sr. Presidente da Câmara adiantou ainda que irá ser feita concerteza uma alienação em hasta pública e considerou que nesta sala há pessoas que estão preocupadas com o desenvolvimento do Concelho e para que haja desenvolvimento é necessário que haja meios para o potenciar. E um papel importante para quem desempenha este tipo de cargos é procurar valorizar os meios que tem à sua disposição para que depois haja um benefício colectivo; deve ser essa a preocupação permanente de qualquer presidente de câmara, vereador ou eleito.

Defendeu a venda do imóvel na globalidade, para não se cair no mesmo erro que se caiu com o outro loteamento do lado esquerdo da rua que dá acesso à Barragem, no sentido descendente, onde somos confrontados com vivendas inacabadas, terrenos vendidos onde nunca mais ninguém constrói, mato a crescer que a Câmara terá de limpar com máquinas e pessoal, desviando estes gastos de outro benefício que seria o benefício colectivo.

Acrescentou que quando se perspectiva a existência de potenciais interessados só quem não quiser gerar os fenómenos de desenvolvimento é que não procurará consagrá-los. Mas também sabemos que existem maneiras muito fáceis de destruir estes negócios, dada a sensibilidade dos agentes económicos a certo tipo de especulações maliciosas. Conhecemos suficientemente bem a filosofia e o objectivo de certo tipo de papéis que nos metem debaixo das portas e à mesa do café.

Foi também levantado o fantasma de não se fazer a hasta pública, quando isso não foi dito nem escrito em lado nenhum, nem passa pela cabeça de ninguém fazê-lo a não ser o então presidente Dr. Armindo Pinhão que alienou património sem conhecimento da Assembleia, nem realização de hasta pública.

O que se pretende com esta venda em hasta pública é que apareça nesta Zona do Sacadura, um condomínio que desejavelmente se desenvolva em três a quatro anos e que não se arraste no tempo, como o mau exemplo do outro lado da rua.

Temos consciência que estamos a pôr o preço do terreno num patamar elevado, face a outros preços praticados. Não há negociatas, não fazemos negociatas, o que queremos é granjear para o município dividendos e receitas. Estamos preocupados com este terreno que é da autarquia e com outros terrenos existentes no município, nomeadamente com o célebre loteamento do Artur Carvalho, que ao fim de oito anos não tem infra-estruturas concluídas e que será este Executivo que as terá de fazer, para as quais está a preparar o respectivo Caderno. Porque há outras formas de trabalhar, que é só vender quando temos as infra-estruturas feitas ou concretizá-las no menos espaço de tempo possível. Focou outros exemplos de terrenos onde há preocupação da autarquia, nomeadamente na propriedade da Credivalor e nos terrenos junto ao quartel dos bombeiros.

Quanto ao ouvir os construtores e saber se o preço é alto ou baixo para a condição económica de Alpiarça opinou que quando se puser o terreno à venda, os construtores terão oportunidade de se pronunciarem se acham caro ou se está dentro do preço, se o terreno se vender muito bem; se não se vender teremos de equacionar outras soluções. Nesta avaliação estamos também a perspectivar os novos eixos viários as novas ligações que nos colocam mais perto de outros centros com capacidade de compra. Concluiu, opinando que também é desejável para Alpiarça que apareçam novos habitantes com maior poder de compra, é riqueza, é desenvolvimento.

Armindo Pinhão frisou que o sr. Presidente da Câmara, pelo menos, devia reconhecer que o processo veio à Assembleia muito incompleto. Considerou que como é habitual fez um óptimo discurso e para tentar dar a volta ao assunto leu o despacho de aprovação da avaliação, mas o primeiro ponto da ordem de trabalhos é "*Proposta de venda global espaço / Zona do Sacadura*".

Henrique Arraiolos fez suas as últimas palavras do autarca precedente.

Luisa Pacheco defendeu que, conjugando aquilo que acabou de ser dito e explicado pelo sr. Presidente da Câmara, com o texto deste primeiro ponto da ordem de trabalhos que é "*Proposta de venda global espaço / Zona do Sacadura*" resulta claro que é concordar ou não com a venda daquele terreno com a área total de cerca de 1,5 ha, em hasta pública, pelo preço base de licitação de dez contos o metro quadrado. Quem concordar com a venda vota a favor, quem não concordar vota contra, tão simples como isto.

O sr. Presidente da Câmara disse que a Assembleia é soberana, ou concorda com venda na globalidade ou lote a lote, ou concorda com o valor de dez contos o metro ou não concorda, é isto que é proposto.

Paulo Espírito Santo fez suas as palavras da eleita Luisa Pacheco, opinando que o termo "hasta pública" não é necessário vir referido, porque decorre da própria Lei.

O sr. Presidente da Mesa pôs este ponto à votação, sendo aprovado por maioria com nove votos a favor e sete contra, a venda deste espaço de terreno na Zona do Sacadura, com cerca de 1,5 há, pelo preço base de licitação de dez contos metro quadrado.

Armindo Pinhão, em declaração de voto, disse ter votado contra pelos motivos apontados durante a discussão deste ponto.

#### **Ponto dois – Substituição de um membro da Comissão Toponímica.**

O sr. Presidente da Mesa informou que se trata da substituição de um membro desta comissão e que em sua opinião não é necessário ser votada.

Álvaro Brasileiro e Pedro Branco chamaram a atenção para o facto de não ser uma, mas sim duas substituições, isto porque o autarca Orlando Marques será substituído pelo autarca Pedro Branco e como o então primeiro secretário da Mesa sr. Flausino Leonor Escrevente já não faz parte da Assembleia, mas integrava a

Comissão, terá de ser substituído pela autarca Vera Noronha que é actualmente a primeira secretária, ou por outro elemento a indicar pela bancada do PS.

O sr. Presidente da Mesa disse já não se lembrar dos termos exactos em que foi criada esta Comissão e se a sua constituição implicaria, ou não, obrigatoriamente, o 1.º Secretário da Assembleia.

A Dr.ª Gabriela Pinhão, vereadora da Cultura, informou o sr. Presidente da Mesa que o então eleito Flausino Escrevente tomou posse na Comissão Toponímica, ora como este senhor pediu a sua demissão da Assembleia Municipal deixou vago o seu lugar na dita comissão, embora o lugar de 1.º Secretário tenha vindo a ser ocupado pela Eng.ª Vera Noronha, não significa isso que seja esta eleita a substituir directamente o sr. Flausino Escrevente na Comissão Toponímica, havendo necessidade da bancada do PS avançar com um nome. Relativamente à substituição do autarca Orlando Marques pelo autarca Pedro Branco, foi uma questão que se pôs logo de início na primeira reunião da Comissão, dada a experiência deste último por já ter feito parte da Comissão Toponímica anterior.

Paulo Espírito Santo avançou com o nome Josué Cavalheiro para substituição do sr. Flausino Escrevente.

#### **Ponto três – Quadro de Pessoal – Alterações.**

O sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao sr. Presidente da Câmara a fim de prestar alguns esclarecimentos sobre estas alterações ao Quadro de Pessoal.

O sr. Presidente da Câmara disse que a proposta do Vereador do Pelouro sobre esta matéria e aprovada por unanimidade na Câmara Municipal era suficientemente explícita e informou o seguinte:

A criação de 1 lugar de Técnico Superior de Biblioteca e Documentação e de 3 lugares de Técnico-Profissional de Biblioteca e Documentação, destinam-se ao funcionamento da futura Biblioteca Municipal;

Os dois lugares de Engenheiro Técnico estão a ser criados para poderem vir a ser providos num futuro próximo, com dois Engenheiros Técnicos Cíveis, que coadjuvarão nas respectivas tarefas o actual Engenheiro Civil da Câmara, Eng.º Vaz Portugal, que é o único técnico superior no Gabinete Técnico.

A criação de mais um lugar de Chefe de Secção, destina-se à redistribuição dos funcionários administrativos por duas secções, de modo a melhorar a produtividade e a responsabilização dos serviços.

Os três lugares de Assistente Administrativo Especialista a criar, destinam-se a salvaguardar as expectativas de promoção dos Assistentes Administrativos Principais, extinguindo-se três lugares à medida que forem vagando.

Criação de um lugar de Encarregado Geral, para superintendência dos vários encarregados da Câmara.

Criação de vários lugares de cantoneiro de arruamentos, cantoneiro de vias municipais e asfaltador, para reclassificação futura de vários vassouzeiros e cabouqueiros, extinguindo-se vários lugares à medida que vagarem.

Criação de um lugar de Encarregado de Parques Desportivos e/ou Recreativos para supervisionar este tipo de instalações do município, que são várias.

Manuel Feliciano lamentou que tenha sido considerada prematura a sua proposta de se avançar com o nome de José Saramago para denominar a futura Biblioteca, e agora não se considere prematuro que se estejam já a criar os lugares para o pessoal da Biblioteca, quando as fundações do novo edifício ainda não foram sequer começadas. Aproveitou para perguntar o ponto de situação deste novo edifício.

O sr. Presidente da Câmara contrapôs que para se poder avançar para o contrato-programa de construção da nova Biblioteca, é impositivo que estejam estes lugares criados no Quadro de Pessoal. Acrescentou relativamente à pergunta que está a avançar-se para a assinatura do contrato-programa e logo que esteja assinado, concurso público para edificação do empreendimento será lançado.

Posto o ponto à votação foi aprovado por unanimidade.

**Ponto quatro – Edição da obra da História de Alpiarça (3 volumes).**

O sr. Presidente da Mesa disse que no fundo é um assunto que vem à Assembleia apenas para conhecimento, porque é um assunto do foro exclusivo do Executivo.

Opinou que, independentemente do que se disser, os documentos históricos à guarda da tipografia devem ser catalogados e inventariados.

Henrique Arraiolos concordou com as palavras do sr. Presidente da Mesa e congratulou-se com o facto de finalmente esta obra poder vir a ser editada, pois a mesmo começou a ser realizada ainda durante o seu mandato na Câmara e já lá vão alguns anos. Considerou que será uma obra importantíssima de consulta e referência histórica, uma vez que retrata a história da nossa terra nas suas várias vertentes. Propôs que a sua divulgação se faça também junto das escolas, como forma de dar a conhecer aos mais novos o passado da sua terra.

Paulo Espírito Santo lamentou que não se tenha feito concurso público para adjudicação desta obra.

António Moreira lamentou que os documentos à guarda da Tipografia, não tenham sido inventariados e catalogados e elogiou a honestidade do empresário que acusou a recepção e a posse de material bastante valioso em seu poder, talvez até de valor superior à despesa que eventualmente a Câmara irá fazer.

A Vereadora do Pelouro, Dr.<sup>a</sup> Gabriela Coutinho lamentou que não tenha havido por parte do Executivo anterior o cuidado de inventariar todo o material destinado à concepção e edição da obra e que, pelos vistos, está à guarda do sr. Garrido, o qual também deveria da sua parte ter uma relação do material em seu poder.

Henrique Arraiolos, garantiu que a saída de várias fotografias do espólio do museu, foi ainda no tempo em que era vereador e que foi devidamente registado e arquivado. Não pode garantir, porém, que ainda hajam esses registos uma vez que se diz que desapareceu muita coisa durante o tempo em que foi Conservador do Museu, o Dr. José António Mexia Falcão. Isto pode ser confirmado, como é óbvio, junto da Dr.<sup>a</sup> Filomena.

O Sr. Presidente da Mesa deu aqui por encerrada a Ordem de Trabalhos.  
PERÍODO DE DEPOIS DA ORDEM DO DIA

Concluída a ordem de trabalhos e havendo diversa assistência na sala, o sr. Presidente da Mesa informou que estava aberto um período para intervenção do público e que os munícipes presentes poderiam inscrever-se para fazer uso da palavra devendo reportar-se apenas à ordem de trabalhos.

O munícipe Joaquim Nazaré manifestou a sua completa discordância com as alterações que irão ser feitas no trânsito, nomeadamente a obrigação de sentido único em troços das ruas Dr. Queirós Vaz Guedes, Silvestre Bernardo Lima e Manuel Paciência Gaspar.

O munícipe Manuel Caniço solicitou esclarecimentos sobre a obra ou obras onde foi gasto o dinheiro que deveria ter sido gasto para fazer os esgotos no Frade de Cima. Solicitou que, tal como acontecia no mandato anterior, se deslocasse um funcionário ao Frade de Cima para tratar de vários assuntos do foro da Junta de Freguesia que as pessoas acabam por tratar nas Fazendas de Almeirim. Chamou a atenção da situação do posto médico. Da necessidade de se proceder ao arranjo de algumas estradas e à melhoria da pavimentação da rua Dr. Castelão de Almeida e ainda à limpeza das valetas, porque não há uma única valeta limpa neste lugar. Lamentou que a situação tenha piorado a nível geral.

O munícipe Eng.<sup>o</sup> Raul Figueiredo informou que não fazia tenções de intervir, no entanto como o seu nome foi hoje tão falado, não resiste à tentação de defender o seu bom nome. Fez a leitura de um documento que resulta de um levantamento que fez sobre documentos que se encontram arquivados nas Câmaras de Alpiarça e de Almeirim relativos a este Projecto de Esgotos das Fazendas de Almeirim e do Frade de Cima. Conclui-se da leitura deste documento algo exaustivo, que o munícipe em causa, Presidente de Câmara no mandato anterior, assinou um documento em que é referido que os esgotos do Frade de Cima estão concluídos de acordo com o projecto, e o projecto, em parte nenhuma das peças desenhadas, refere quais as ruas que levariam esgotos. O nome dessas ruas só aparece numa informação efectuada pelo sr. Eng.<sup>o</sup> Vaz Portugal de Sousa, em Janeiro do ano corrente e apresentada apenas ao actual Executivo e nunca ao anterior.

O sr. Presidente da Câmara lamentou que se façam acusações graves a pessoas que não estão presentes e a Vereadora Dr.<sup>a</sup> Gabriela Coutinho disse que esta

referência ao Eng.º Portugal é tudo mentira, porque o Eng.º Portugal informou numa reunião de Câmara que tudo o que fez foi por ordem expressa do então Presidente da Câmara, Eng.º Raul Figueiredo.

Gerou-se grande agitação na Assembleia, o munícipe Eng.º Raul Figueiredo quis continuar a ler o seu memorando, o sr. Presidente da Mesa cortou-lhe a palavra e aquele lamentou que enquanto vereador não se pudesse defender porque a maioria alterou à pressa o Regimento da Assembleia e agora enquanto cidadão mais uma vez não o pode fazer de uma forma livre e no local próprio, tendo em atenção a maneira como o seu nome foi aqui tratado nesta sala.

O Munícipe sr. Casimiro Constantino lamentou que tanto da parte do anterior Executivo como do actual não exista a preocupação de levar água canalizada a sítios onde ela ainda não chegou.

O munícipe José Flausino questionou sobre a situação de abertura de uma rua.

O sr. Presidente da Câmara procurou responder às várias questões levantadas, informando que relativamente ao trânsito o sr. vereador desse pelouro irá responder com certeza, quanto ao funcionamento da Junta deixou a resposta para o sr. Presidente da mesma.

Relativamente ao dinheiro dos esgotos, informou que está uma inspecção a decorrer e que em tempo oportuno as populações serão informadas das conclusões da inspecção sobre essa matéria, disse que há no município o programa do Rendimento Mínimo e que a assistente social continuará a dar assistência por contacto pessoal quando as situações são mais preocupantes, prometeu a resolução do problema dos buracos e da limpeza das valetas. Quanto às deficiências da rua Dr. Castelão de Almeida, são idênticas às encontradas na rua do Casalinho, é uma obra da responsabilidade do anterior Executivo, que tem vindo a resolver-se pontualmente com o empreiteiro, que está a eliminar algumas deficiências.

Quanto à intervenção do Eng.º Raul Figueiredo, considerou que é um esclarecimento na sua perspectiva pessoal, no entanto existe um documento de um organismo oficial, que é a CCRLVT, que é taxativo quanto às ruas onde deveriam ter sido executados os esgotos.

Deu razão ao munícipe Casimiro Constantino, mas informou que existem muitas outras situações de pessoas fora do perímetro urbano que também continuam sem água canalizada e que têm de proceder à abertura de furos.

Quanto à abertura da rua, também deu os devidos esclarecimentos adiantando que há um impedimento de uma pessoa que tem apenas aquele único lote para construir.

O Vereador do Pelouro do Trânsito procurou dar as devidas explicações ao munícipe Joaquim Nazaré sobre a nova sinalização colocada, justificando os sentidos únicos naquelas vias, com a necessidade de dar uma maior fluidez ao trânsito e por outro lado facilitar os estacionamento.

## Assembleia Municipal de Alpiarça

O sr. Presidente da Junta de Freguesia, disse que não fazia sentido um funcionário da Junta estar a deslocar-se ao Frade de Cima para ir buscar um ou dois atestados por mês para assinar e geralmente não há ninguém para atender. No entanto está decidido e publicado nos jornais que um sábado por mês, virá um elemento da Junta de Freguesia fazer o atendimento público e tratar do que houver para tratar; informou que está mais preocupado com outras carências daquele lugar, nomeadamente, o arranjo e colocação de novas janelas, os esgotos no pátio e a vedação da escola.

Não se registando mais nenhuma intervenção do público, o sr. Presidente da Mesa deu por esgotado este período e pôs à aprovação a minuta da acta da sessão, para efeitos de execução imediata das deliberações, tendo sido aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo para tratar, foi pelo sr. Presidente da Mesa encerrada a sessão, da qual para constar se redigiu a presente acta, que vai pelos membros da Mesa ser assinada.

Presidente: \_\_\_\_\_

1.º Secretário: \_\_\_\_\_

2.º Secretário: \_\_\_\_\_

/RV